

Sociologias, Porto Alegre, ano 1, n. 2, jul/dez 1999, p. 144 - 189

A formação do cidadão nos cursos do MST

MARIA DA GLÓRIA GÖRIN
Professora da UNICAMP e
Pesquisadora do CNPq

Apresentação



Assim como a luta social pela terra "acontece no campo, mas ela "se faz" é na cidade"¹ (no sentido de que as grandes decisões, que criam a agenda dos movimentos, são tomadas na cidade), este trabalho também tem como objeto de reflexão um ator localizado num campo delimitado de ação social - as diferentes práticas de formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, mas a tentativa de compreensão daquelas ações nos levam para outro campo de reflexão: o de alguns conceitos teóricos.

Para reconstruirmos o tipo de cidadão que o MST forma iremos explicitar inicialmente dois conceitos: cultura política e oportunidades políticas. A seguir será abordada a relação do MST com a educação (concepção, tipos de oferta e de escolas, objetivos etc); alguns conflitos culturais gerados no cotidiano do movimento (especialmente em relação aos jovens e às mulheres) e algumas hipóteses sobre a concepção pedagógica das práticas educativas do MST.

¹ Expressão utilizada por Gilmar Mauro, líder do MST, em uma conversa informal com a autora deste paper durante a realização do curso para jovens do MST, realizado nas dependências da UNICAMP, em Campinas, em julho de 1999.

1. Elementos teóricos para análise: cultura política e oportunidades políticas

1.1 O conceito de cultura política

Nos últimos dez anos, a cultura política voltou a ser um conceito chave em todas as áreas das ciências sociais e não apenas na ciência política. Uma das explicações pode ser dada pela importância que a cultura passou a ter nas análises dos cientistas sociais enquanto eixo paradigmático fundamental nas explicações sobre as ações humanas vivenciadas na realidade, em detrimento das análises econômicas e políticas das décadas anteriores. Os meios de comunicação passaram a ter também papel central na sociedade e na política, obrigando os analistas a recorrerem ao estudo dos códigos lingüísticos e audiovisuais, aos processos interativos via multimídia etc., para poderem compreender as novas realidades, principalmente as virtuais. Novas abordagens sobre a cultura política foram elaboradas, resultando numa teoria neoculturalista da política. Afirma-se que as referências e preferências nos comportamentos humanos não são apenas as herdadas, mas, principalmente, as aprendidas. Os indivíduos escolhem, optam, posicionam-se, recusam-se, resistem ou alavancam e impulsionam as ações sociais em que estão envolvidos, segundo a cultura que herdaram do passado e na que produzem no presente.

A importância da cultura política passou a ser dada pela possibilidade que esta oferece de explicar a ação política dos indivíduos nos grupos sociais; ela é uma ferramenta para entender o comportamento político dos indivíduos enquanto seres políticos, no sentido aristotélico e não apenas em relação às instituições políticas e/ou aos governantes. Com isto, a ênfa-

se se desloca das atitudes e opiniões dos indivíduos isolados para os indivíduos como membros participantes de grupos, de coletivos sociais com uma identidade: sem-terra, negro, mulher, defensor de causas ambientalistas, etc.

As novas abordagens seguiram caminhos totalmente distintos da ciência política norte-americana que, embora tenha tido um papel pioneiro nos estudos sobre cultura política, restringia-se ao estudo do comportamento dos indivíduos face ao voto. Nas novas abordagens, cultura política é definida como:

o conjunto de significados e valores que constrói o sentido da comunidade política, da tomada de decisões para o bem de todos, através dos conflitos inerentes à coexistência e convivência humana. Esta cultura abrange e se sustenta na cultura dos direitos humanos e políticos dos membros de uma comunidade. Para que este conjunto de significados e valores seja construído, há dois momentos: primeiro constitui-se um credo, um conjunto de certezas assumidas como válidas. Em segundo lugar, para que este conjunto opere na tomada de decisões, requer-se que a comunidade se aproprie deles, como um desígnio, com uma vontade política de ir a algum lugar. Estes fatores seriam os impulsionadores das discussões e da busca de soluções de um determinado grupo (Morfin, 1994, p. 468).

Observa-se que aqui a cultura política não é uma determinação passiva para explicar os comportamentos humanos, mas uma força ativa, moldada pelos direitos humanos, pelo desejo de busca de soluções. A originalidade do autor está em aliar a questão da cultura política à educação. Para ele, a educação é um processo que requer a integração de conhecimentos com habilidades, valores e atitudes. Concordando acrescentamos: a apreensão do processo educativo está associada ao desenvolvimento da cultura política. Juntas, educação e cultura política- têm a finalidade de ser instrumento e meio para se compreender a realidade e lutar para transformá-la.

Nos anos 90, a retomada dos estudos na área da psicologia social e o interesse sobre como operam os mecanismos dos processos cognitivos dos indivíduos e como eles influenciam as atitudes e os comportamentos das pessoas, têm levado muitos autores a elegerem a cultura política como o espaço de fusão entre a tradição e a inovação. Disto resulta que outras formas de apreensão da cultura política - de ordem mais qualitativa - foram produzidas, gerando abordagens que privilegiam não as escalas de atitudes no comportamento dos indivíduos, mas a identidade criada em um coletivo de atores sociais, a partir do conjunto de valores e representações simbólicas que eles têm sobre a realidade social. Nesta linha de interpretação, Ponte, por exemplo, vê a cultura política como

um conjunto de códigos que permite o estabelecimento de relações políticas entre indivíduos e grupos, e que, portanto, tem a ver com a dimensão subjetiva da vida pública e com a interpretação e produção de sentido (Ponte, 1992, p. 165).

Já explicitamos o nosso entendimento sobre cultura política em trabalhos anteriores (Gohn, 1992 e 1997a) tomando como referência os estudos de Thompson e Bobbio. O primeiro, elaborou várias contribuições sobre a natureza, a força social e a construção da cultura política enquanto processo político e cultural. O segundo, juntamente com Matteucci e Pasquino, definiram cultura política como: *o conjunto de atitudes, normas e crenças mais ou menos partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social* (Bobbio et alii, 1991 p. 306). Os autores destacam ainda que não devemos ver a cultura política como algo homogêneo, pois ela é composta por um conjunto de subculturas presentes nas atitudes, normas, valores, etc.

A cultura política diz respeito aos valores que os indivíduos e grupos desenvolvem em relação à 'polis' e à área pública de uma forma geral. Ela está presente nas estruturas mentais e nos comportamentos dos indivíduos e grupos sociais. A cultura política expressa as representações e o imaginário simbólico-cultural incorporado pelos indivíduos ao longo da trajetória de suas experiências individuais e coletivas.

Portanto, falar de cultura política é tratar do comportamento de indivíduos nas ações coletivas, os conhecimentos que os indivíduos têm a respeito de si próprios e de seu contexto, os símbolos e a linguagem utilizadas, bem como as principais correntes de pensamento existentes. Mas é muito complicado falarmos em cultura política de forma isolada do contexto histórico e de outros conceitos de apoio. Isto porque cada época histórica engendra determinada cultura política, segundo os valores e crenças que são resgatados ou construídos, num universo dos temas e problemas com os quais homens e mulheres defrontam-se naquele momento histórico. Os conceitos de apoio são o de cidadania, direitos humanos, identidade cultural, participação sociopolítica, etc.

Dentro dos objetivos deste texto, outro conceito importante a ser destacado para o entendimento das ações do MST é o de "oportunidades políticas". Ele poderá ser um auxiliar no entendimento do tipo de cultura política que o MST constrói junto a seus militantes e seguidores. O conceito foi criado durante o debate que a sociologia norte-americana travou nos anos 80 com alguns setores da escola européia de análise dos movimentos sociais que desenvolveram o paradigma da identidade social (Touraine, Melucci, etc.). Dadas as limitações de um paper, não vamos resgatar toda a polêmica que o originou e nem seu desenvolvimento posterior no bojo da teoria da Mobilização Política. Apesar das lacunas existentes nessa teoria, já comentadas em estudo anterior (Cohn, 1997 a), consideramos pertinente a utilização do conceito como instrumento complementar para o entendimento da dinâmica do MST. A seguir faremos uma breve síntese do mesmo.

1.2 O conceito de oportunidades políticas

Na teoria da Mobilização Política², os movimentos são produzidos quando *demonstram a existência de aliados e quando eles revelam a vulnerabilidade de seus oponentes* (Tarrow, 1994, p. 23). As pessoas constroem as ações coletivas por meio de repertórios conhecidos, de disputas, e pela criação de inovações ao redor de suas margens. Em suas bases, há redes sociais e símbolos culturais por meio dos quais as relações sociais estão organizadas. Há quatro elementos básicos para explicar o surgimento e o desenvolvimento de um movimento social: oportunidades políticas, repertórios, redes e marcos

2A abordagem da mobilização política representa um avanço em relação a todas as outras teorias já produzidas pelo paradigma norte-americano de análise das ações coletivas em geral e dos movimentos sociais em particular. Embora ela esteja ainda muito presa ao modelo de uma análise determinada pela lógica da racionalidade instrumental das pessoas, introduz a política e localiza as ações nas estruturas macrosociais. As pessoas, os grupos e os movimentos agem segundo estímulos e estruturas de oportunidades externas. Elas usam sua racionalidade para escolherem as melhores oportunidades políticas. Ao mesmo tempo, há um grau de liberdade e de possibilidade de criação de fatos novos, e da própria mudança social, que não é vista de forma determinística.

referenciais. Naquela teoria, as oportunidades políticas têm centralidade no processo. Mudanças nas oportunidades políticas criam novas ondas de movimentos sociais e são responsáveis por seus desdobramentos.

Para Tarrow, o poder dos movimentos sociais deriva de um misto de recursos internos e externos. Para um movimento ter sucesso ele depende não apenas de sua organização, mas dependem das redes sociais que dão suporte ao movimento e das estruturas de mobilização que os liga, uns aos outros. Dependem também, nas sociedades modernas, da mídia para se comunicarem com seus aliados e inimigos e para inovarem os repertórios que utilizam para atingir o público mais amplo. No MST, as redes que dão suporte às suas ações provêm de alas do clero católico, de alas da esquerda brasileira e de setores do universo das ONGs inseridas na estrutura da cooperação internacional. A esse respeito, o MST já produziu um caderno em que trata das políticas de alianças e relações com outras organizações da sociedade civil (ver Bogo, 1999).

Para que um movimento seja impulsionado, são necessárias oportunidades políticas favoráveis ou acessíveis, destaca Tarrow. No caso do MST, o sucesso da grande Marcha de 1997 deve ser explicado tanto pelo esforço organizativo e de pressão do movimento como pela agenda que estava em pauta nas políticas sociais da época, na qual a reforma agrária era um ponto de pauta. A mídia também passou a cobrir as ações do movimento após o massacre de Eldorado de Carajás porque este fato havia gerado manchetes até no exterior.

Existe portanto um ponto fundamental para entendermos o processo de criação e a dinâmica dos movimentos sociais: é compreendermos a **estrutura destas oportunidades políticas**. Em 1996, Tarrow

amplia e clarifica o conceito dizendo que:

a estrutura de oportunidades políticas são sinais para atores sociais ou políticos se encorajarem ou se desencorajarem no uso de seus recursos internos para formarem movimentos sociais. Meu conceito de oportunidades políticas enfatiza não somente estruturas formais como instituições estatais, mas estruturas de conflito e de aliança que provêem recursos e opõem constrangimentos externos aos grupos. Os tipos mais salientes de sinais são: a abertura de acesso ao poder, mudanças de alinhamentos, viabilidade de aliados, aliados influentes, e clivagens dentro das próprias elites. (Tarrow, 1996, p. 54).

No MST, esses sinais foram aproveitados pelas lideranças do movimento, que enxergaram no plano do governo federal a possibilidade de interferir na agenda que o governo organizava para a questão da terra no país (que estava a um preço muito baixo, havendo muitos proprietários ansiosos de vender suas terras devido à crise econômica, e havia a possibilidade de financiamentos internacionais para pagar aqueles proprietários, numa operação que envolvia a intermediação do governo para essa compra e a posterior venda e financiamento da terra aos assentados). O MST aproveitou esta conjuntura e inseriu seu projeto de reforma agrária (que não contemplava a compra, mas sim a desapropriação de terras que eram fér-

teis, mas improdutivas)³. E fez isto via grandes mobilizações de massa.

O conceito de oportunidades políticas, segundo Tarrow, auxilia-nos na explicação sobre como os movimentos se difundem, como novas redes são formadas e como as oportunidades são alargadas e criadas. Ele prefere a categoria "estruturas mobilizatórias" para explicar as redes que dão origem e sustentação a um movimento. O estudo das estruturas mobilizatórias nos levam à morfologia dos movimentos. Tarrow afirma que eles são grandes apenas em termos nominais. Na realidade, são uma rede de interlocução de pequenos grupos, redes sociais e conexão entre eles. De fato, se observarmos o MST, ele é composto por uma coordenação de menos de 100 pessoas, e estas sustentam um movimento de massas que a própria coordenação tem dificuldades de contabilizar, em termos do número de militantes, seguidores e adeptos. Segundo dados do próprio movimento, ele atua junto a 200 mil famílias assentadas, participa da coordenação de 09 cooperativas centrais e 81 cooperativas locais (de produção de serviços e comercialização). Acrescente-se a esse universo mais duas cooperativas de crédito e quatro unidades agroindustriais⁴.

Tarrow afirma que as decisões dos movimentos são tomadas nas redes sociais em resposta às oportunidades políticas. Nessas decisões as coordenações dos movimentos têm grande importância. Mas essas lideranças agem em consonância com a dinâmica interna do grupo e os marcos gerais da rede que os mobilizam. Isto significa que a confiança e a cooperação interna e externa são geradas por compartilharem entendimentos (aqui tratados como compreensão comum dos processos em curso e a forma de atuar sobre os mesmos) e significados comuns a esses entendimentos. Para sistematizar esta análise, Tarrow utiliza a categoria *frames* ou seja, os mar-

3 Ver Caderno de Formação n. 23. Programa de Reforma Agrária do MST. 1995.

4 Conforme dados da Agenda MST, 1999.

cos referenciais estratégicos que são compostos de significados compartilhados.

Segundo nosso ponto de vista, o principal destaque de Tarrow é a análise que ele faz dos resultados de um movimento, que dizem respeito ao processo de mudança social. Os movimentos, principalmente os ciclos de ondas de movimentos, são os principais catalisadores de mudanças sociais e, como tal, são parte de lutas nacionais pelo poder. Esta dimensão da análise inscreve os movimentos no processo político mais amplo e nos fornece elementos para o entendimento dos movimentos como força social e como parte da luta mais geral pelo controle do poder na sociedade civil e política. Tendo em vista as articulações do MST com setores da esquerda, a mídia correlacionou, entre 1997-98, todas as ações do MST às eleições para a presidência da República, ocorrida em outubro de 98. Na realidade, as possibilidades de articulação e de sucesso do MST denotam não apenas a sua força (ou fragilidades), mas também a situação de outros grupos sociais que igualmente lutam contra as desigualdades e a exclusão social.

Para Tarrow, o estudo dos movimentos sociais deve ter um caráter específico, complexo e histórico porque as forças sociais de uma nação estão em contínuo movimento. Assim, o estudo de movimentos específicos nos demonstrará os repertórios utilizados e suas mudanças. Apoiando-se nos trabalhos de Tilly (1993), Tarrow destaca que os repertórios são em si mesmos uma grande fonte de dados e análises, pois registram as demandas e as interpretações de um certo tempo histórico. Eles nunca mudam completamente. Há sempre uma simbiose entre o velho e os novos significados. A idéia e a prática dos movimentos podem espalhar-se pelo mundo por meio do esforço de um exército de militantes, criando ciclos de movimentos específicos. As revoluções são produzidas quando estes ciclos se

combinam com crises econômicas e com a divisão entre as elites. Nestes momentos, a imprensa e a mídia em geral desempenham grande papel na difusão dos movimentos.

Tarrow conclui que os maiores recursos externos são as redes sociais nas quais as ações coletivas se desenvolvem e os símbolos culturais e ideológicos que formam os *frames* e formatam um movimento. Em resumo, conforme destacamos anteriormente, oportunidades, repertórios, redes e marcos são o material básico para a construção do movimento.

2. A educação no MST

2.1 Características gerais

O MST é um movimento de massa, mas sua coordenação se estrutura como um movimento/organização de quadros. Talvez por isso, José de Souza Martins (1998) afirmou que ele é uma organização poderosa; não é mais um movimento, tem uma estrutura, um corpo de funcionários, já não teria mais as características de um movimento social (Martins, 1997, p. 62). Ademir Bogo, um dos coordenadores do MST, reconhece a dupla dimensão do MST de uma outra forma. Para ele, o MST é um movimento de massas mas deve passar para uma organização de massas. Ele preconiza que:

(...) é fundamental efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social que adquire, através do tempo, evidência política como

o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que este movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica, que lhe dê sustentação. [...] somente faz parte do movimento de massa quem estiver organizado; este é um fator determinante para se manter e avançar na busca de novas conquistas. [...] Um movimento de massas diminui a sua espontaneidade, quando aperfeiçoa sua estrutura de organização interna e adquire consciência de classes, e, portanto, consciência de sua existência, sabendo de onde veio e para onde vai (Bogo, 1999, p. 131, 133 e 135).

Observa nesta análise questões já clássicas da esquerda sobre como organizar as massas e os caminhos de construção da consciência social (sic).

Atuar segundo um movimento/organização implica na tarefa contínua de formar estes quadros. O processo de educação política ganha relevância e o educador que atua nos cursos de formação é também um formador político. Neste sentido, Boaventura Santos tem razão ao afirmar que

...os movimentos são produzidos pelo encontro entre intelectuais de pensamento crítico e pessoas das camadas populares onde se confrontam idéias, saberes, práticas, produzindo

organizações que, aos poucos, vão se “transformando em sujeitos coletivos, expressão de movimentos sociais populares (Santos, 1995, p. 79) (sic).

O MST continua seu apoio após a fase de implantação de um assentamento, por meio de assistência técnica nas cooperativas de produção, organização política dos assentados e formação na área da educação (alfabetização de crianças, capacitação de professores, e formação técnica e política de jovens e adultos). A questão da formação, do estudo propriamente dito, tem sido constantemente citada nos encontros e documentos como um dos desafios contínuos do movimento. Trata-se de uma educação diferenciada, voltada para homens e mulheres no campo, que objetiva não apenas alfabetizar ou construir escolas com metodologias diferenciadas. Trata-se também de ocupar espaços na sociedade para o desenvolvimento de novos valores, ao mesmo tempo que se estimulam as práticas de solidariedade, etc.

O programa de educação do MST teve início em 1987 com a criação de um Setor de Educação e deu saltos qualitativos após 1990, com a criação de um Coletivo Nacional de Educação e da publicação de alguns tipos de materiais como os Cadernos de Educação, os Boletins de Educação, a coleção Fazendo a História, etc. Em 1997, o movimento lançou um manifesto composto de 14 itens, no qual expõe sua visão de sociedade, da educação, de escola e de participação. A Educação é o grande eixo articulador de todos os temas e problemas tratados no manifesto.

2.2 As escolas do MST e seus objetivos

O processo de alfabetização dos alunos nas escolas do MST não se restringe ao acesso à decodificação das letras na leitura e sua formulação na escrita. Trata-se de um processo interativo, lastreado na realidade vivida, fermentado pelas esperanças e utopias que os repertórios de suas reivindicações constroem. Por isso, o programa educacional do MST para crianças já ganhou um prêmio internacional da UNICEF e conta com alguns recursos públicos advindos do Pronera- programa governamental na área da alfabetização. Por meio desse programa, o MST passou a contar com o apoio e assessoria de inúmeras universidades em todo o país. Vários assentamentos já contam com escolas completas de ensino fundamental até a 8ª série. Segundo Caldart, em 1997, o universo de atuação do Setor de Educação no ensino fundamental era de 950 escolas públicas de 1ª a 4ª séries e 50 de 5ª a 8ª, 1800 professores e 40 mil alunos. Em 1999, essas cifras já se haviam alterado para 2.800 professores e atendimento de 75.000 crianças (vide Agenda MST, 1999). Devem ser acrescentados ainda os 600 monitores que trabalham com a alfabetização de 8.000 jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos.

Existe bastante liberdade para a organização dos programas educacionais. Por exemplo, as avaliações são realizadas pelos educadores do próprio movimento e não se articulam às regras das Secretarias de Educação. Entretanto este ponto tem gerado controvérsias entre alguns educadores que não são do movimento e que não concordam com a autonomia concedida ao movimento nesse aspecto.

Em 1999, o MST firmou um convênio com a Universidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul e um outro convênio em Mato Grosso do Sul, para o

desenvolvimento de um curso superior de Pedagogia objetivando formar os professores que irão trabalhar nas escolas dos assentamentos. A área do Ensino Fundamental é uma das mais desenvolvidas no MST, tendo seus principais assessores realizado dissertações em programas de Pós-Graduação e publicado livros em editoras de circulação nacional (vide Caldart, 1997). O MST coordena ainda dois cursos de magistério (um no Espírito Santo e outro no Rio Grande do Sul).

O programa de capacitação técnica sempre mereceu atenção especial por parte do movimento. O MST possui um curso Superior em Administração Cooperativa, o TAC - Curso Técnico em Administração de Cooperativas do MST, desenvolvido pelo ITERRA - Instituto Técnico de Captação e Pesquisa da Reforma Agrária, na Escola Josué de Castro, em Veranópolis, Rio Grande do Sul. O Iterra oferece ainda: curso de magistério, curso de formação de militantes e ensino supletivo em nível de ensino fundamental. Há outras escolas de formação no sul do país como a Escola Nacional Florestan Fernandes, em Santa Catarina. Desta última escola participam jovens por um período de dois meses recebendo formação básica em psicologia, filosofia, economia política, etc. Seu objetivo é caracterizar o funcionamento da sociedade na qual aquele jovem irá atuar.

Em São Paulo, capital, o MST administra um centro de formação (Roseli Nunes), e no interior desse Estado, há o Centro de Formação Carlos Lamarca.

O MST também cuida da capacitação profissional para a construção de agroindústrias e criou a CONCRAB- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil, entidade que organizou os Laboratórios Organizacionais de Empresas nos assentamentos. Ainda no campo das inovações na área de formação e capacitação técnica para a pequena agricultora,

área totalmente desprovida de atenção nas políticas públicas ou de outros setores de formação, o MST tem estimulado a criação de CPA's- Cooperativas de Comercialização ou as CPS's-Cooperativas de Serviços. Até o início de 1999 ocorreram alguns programas de parcerias entre determinados assentamentos e órgãos governamentais, com recursos e assistência técnica do Pronaf - Programa Nacional de Agricultura Familiar.⁵

Alguns ex-alunos dos cursos do MST já estão chegando aos bancos universitários. A UNIMEP-Universidade Metodista de Piracicaba concedeu, em 1999, cinco bolsas de estudos para alunos provenientes do MST, em cursos de filosofia, economia, contabilidade, história e direito.

O grande leque de frentes de atuação do MST na área da Educação nos indica alguns de seus princípios, a saber:

- 1- a educação não acontece só na escola, é um processo mais amplo, mas a luta pela escolarização é fundamental;
- 2- o eixo central da luta pela escola é dado pela demanda de uma escola pública com qualidade;
- 3- A escola demandada deve ter uma identidade com o meio rural, seu *currículo* deve refletir essa identidade, assim como a criação de um ambiente educativo adequado no espaço onde se desenvolvem suas atividades;
- 4- O processo educativo é um ato coletivo, e todos os esforços devem ser feitos no sentido de se investir na formação dos educadores, o educador propriamente dito;

O MST soube aproveitar a estrutura dos trabalhos de formação técnica que organizou. O acúmulo de experiência no desenvolvimento dos cursos e a lacuna histórica na oferta de capacitação técnica para o

5 As informações sobre as escolas do MST foram obtidas junto a dois pesquisadores que desenvolvem dissertações de mestrado na Unicamp sob minha orientação: Denise Mesquita de Melo e José Benedito Leandro.

trabalhador, especialmente no meio rural, criaram para o movimento uma estrutura de oportunidades políticas, uma série de brechas que foram capturadas pelo MST. Foram oportunidades dadas pela própria conjuntura sociopolítica e econômica do país, onde há um vácuo no setor de formação técnica, principalmente para atuar no campo. A criação de novidades que causam impacto e alavancam as ações coletivas foram estratégias utilizadas pelo movimento. Parte do grande crescimento que o MST teve nos anos 90 pode ser explicado pelo exame do cenário daquela conjuntura (a outra parte deve ser atribuída à própria capacidade organizativa do MST).

Explicitando um pouco mais a afirmação acima: havia (como ainda há) uma grande demanda reprimida pelo acesso à terra. A instalação nessa terra, após a regularização do assentamento, envolve uma série de questões técnicas e operacionais. O Governo Federal, articulador da reforma agrária, não tinha tradição de experiência ou propostas a respeito e, num primeiro momento, o Governo respondeu às demandas e pressões do movimento. Após algum tempo, com a ajuda de seus técnicos (que realizaram levantamentos, pesquisas, seminários, parcerias com as universidades, etc.) e com a colaboração de alguns intelectuais (de dentro e de fora da academia), o Governo reviu suas ações e elaborou sua própria política, numa direção que não tem como eixo as demandas, as reivindicações ou as propostas do movimento, mas os ditames de uma economia de mercado. Isso explica, em parte, a reformulação da política governamental em março de 1999⁶.

6 Em março de 1999, o Ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, apresentou um novo programa denominado "O Novo Mundo Rural" que promove grandes alterações na política de financiamento aos assentados, fundindo as duas principais linhas de crédito até então existentes, o Pronaf – citado acima, e o Procefa- Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária. O novo programa aumenta os juros dos empréstimos destinados aos agricultores assentados em projetos de reforma agrária, reduz o valor do teto dos empréstimos, cobra os créditos de alimentação, moradia e produção concedidos para a instalação das famílias nos lotes, e elimina o desconto de 50% do capital emprestado, contido no Procefa. O MST fez severas críticas ao novo programa. O ministro atribuiu as reações do movimento, em entrevista ao Estado de São Paulo (21/03/99), ao debate ideológico que envolve a reforma agrária e ao assistencialismo e clientelismo proporcionados pelo Estatuto da Terra, concebido em 1964, e orientador da política até então vigente sobre a questão.

descentralizando a reforma agrária, mudando a forma dos financiamentos e propondo programas de formação intensiva (ainda que não tenha definido bem a origem dos recursos para essa formação). Com o novo programa, o Governo Federal busca ocupar espaços organizativos similares aos criados pelo MST, estimulando o fortalecimento e a formação de associações e cooperativas, com apoio de entidades governamentais como o SEBRAE, algumas ONCs, etc. A capacitação técnica vincula-se, no programa oficial, ao planejamento municipal ou seja, ao nível do poder local onde o jogo entre as forças sociais é sempre ambíguo: tanto pode gerar um incremento da participação popular, como pode desenvolver um maior controle sobre os processos sociais em andamento. O tipo de controle não é dado *a priori*, se democrático ou autoritário, depende do nível de organização e da articulação dos grupos sociais envolvidos.

3. Conflitos Culturais

Na prática cotidiana, os conflitos no interior do MST são muitos e de natureza diferenciada. A forma de agir do MST esbarra em concepções já arraigadas entre uma grande maioria dos sem-terra, que prefere ações mais de resistência pacífica, sem grandes embates e negociações nas instâncias institucionais. É importante observar que a cultura é um campo não homogêneo e envolve também o conflito; neste caso trata-se do conflito entre duas culturas, duas visões de mundo, a dos assentados e a do MST⁷. O movimento busca construir uma identidade cultural nova para os sem-terra,

7 O conceito de cultura é aqui entendido no sentido de Laraia (1997), como conjunto de códigos sociais e morais, conhecimento, valores e formas de apreensão e interpretação do mundo. Usando os termos de Benedict "cultura é a lente através da qual o homem vê o mundo" (apud Laraia, 1997, p. 69). Ver também Cohn (1999). Educação não-formal e cultura política. São Paulo, Cortez.

baseada no modelo cooperativo/coletivo. Os sem-terra têm suas raízes e tradições, que fundamentam e balizam suas visões de mundo e comportamentos.

Deve-se destacar, entretanto, que tanto os assentados como algumas lideranças do MST têm consciência das diferenças culturais e procuram retrabalhar essas questões. Os assentados buscam ressignificar suas experiências anteriores e assimilar novas ações; eles almejam adquirir novas habilidades no mundo do trabalho porque as condições econômicas adversas que vivenciam os obrigam a se encaminhar nessa direção. Mas há limites, há fronteiras, certas tradições e crenças só se alteram ao longo do tempo. As diretrizes normativas únicas que não contemplam a diversidade cultural podem funcionar como freios e não alavancar as ações coletivas do dia-a-dia. Disto tudo resulta que os *frames* -os símbolos culturais e ideológicos construídos pelo movimento, têm como marcos referenciais um modelo (dado pelo pobre/excluído/sem-terra), e o agenciamento desses *frames* é feito pelas estruturas organizativas do movimento, que cria um sujeito singular: sempre de boné vermelho, com foices e enxadas, camiseta branca com o emblema do MST. Os ícones emblemáticos conferem uma identidade àqueles sujeitos, que os diferenciam das outras categorias de pobres e igualmente excluídos do campo.

O MST atua em 22 Estados brasileiros, com realidades socioeconômicas e valores culturais diversos. Em algumas áreas, predomina um modelo mais tradicional com ênfase na propriedade individual, produção familiar e pouco trabalho em cooperativas. As propostas de trabalho cooperado do MST muitas vezes não são bem compreendidas ou aceitas pelos sem-terra. Por exemplo, cada cooperado tem que repassar para a cooperativa 2% do que produz para custear os gastos de infra-estrutura da

cooperativa. Disto resulta um outro ponto complicado no dia-a-dia dos assentamentos, que é a dificuldade para a continuidade da participação das pessoas após se tornarem com-terra. A proposta do MST requer esta participação e muitos não gostam de participar da organização coletiva do trabalho⁸ e da própria rotina dos assentamentos, principalmente os jovens, um de seus grandes desafios.

3.1 O MST e os jovens

Existem muitas dificuldades para o movimento sensibilizar os jovens a continuarem a luta de seus pais e permanecerem nos assentamentos. Em assentamentos próximos de regiões urbanas, muitos jovens que estudam no município vizinho aspiram trabalhar em funções urbanas. Os valores e práticas culturais que assimilam e a que aspiram são os mesmos dos jovens das camadas populares urbanas: música (pagode, axê music ou alguma modalidade rock ou pop), festas de jovens, excursões à praia nos feriados, o uso da calça jeans, calçado/tênis etc. Em geral, participar de reuniões à noite ou nos finais de semana, é uma tarefa para seus pais, para eles. O próprio João Pedro Stédile declarou certa vez: *a juventude não se contenta com a tradição cultural do bairro e com o futebol. O assentamento não consegue dar algo mais, e os jovens não se contentam* (Palestra proferida na ADUNICAMP, Campinas, 17/10/97).

Visando superar esta dificuldade, o MST deflagrou, a partir de 1999, uma série de ações objetivando sensibilizar/conquistar os jovens para per-

⁸ Sobre a forma da luta adotada pelo MST, Cláudio Mauro observou: "Se alguém souber de outra forma de luta que dispense ocupação de terra, marchas etc., que nos comunique, porque nós também não gostamos de fazer ocupação, é desgastante morar no barraco de lona, tomar banho no rio e não ter banheiro adequado. Mas até agora foi a única forma que encontramos de fazê-la." (Piracicaba, Cláudio de Veneza, 25/08/99. Depoimento registrado por Denise Mesquita de Melo).

manecerem e atuarem junto ao movimento. Foi elaborado um texto para debate intitulado "Proposta para a organização da juventude" e criado um programa de Centros de Cultura e Lazer em 14 assentamentos. A "Proposta" tem como objetivos:

desenvolver um amplo processo de discussão do papel da juventude na luta pela reforma agrária; criar a mística de integração que empolgue toda a juventude nos acampamentos; resgatar a importância dos jovens na reeducação e construção de novos valores; despertar no jovem a consciência crítica, desenvolvendo um processo de formação e organização através do trabalho junto à comunidade; realizar intercâmbios e incentivar e fortalecer o espaço dos jovens na vida da comunidade e na sociedade (Oliveira, 1998).

O movimento organizou, ainda em 1999, um festival de música, um de artes e poesia e um campeonato esportivo para os jovens assentados. Mas a iniciativa mais ousada foi um curso de capacitação destinado a 1.200 jovens, de 22 Estados diferentes, sobre "Realidade Brasileira", ocorrido em parceria com a UNICAMP, em Julho de 99. O curso gerou muitas polêmicas, muitas manchetes e um editorial "pesado" do *Jornal Folha de São Paulo* do tipo: "Unicamp ajuda MST a formar líderes" - (06/07/99); "Confusão de tarefas" - (07/07/99). O próprio Reitor da Unicamp se pronunciou a respeito, dado o nível de distorção dos fatos que a mídia fez. Ele disse que a Universidade cedeu espaços físicos com ônus financeiro mínimo para a

Universidade. É que *uma das tarefas da universidade, além de oferecer ensino gratuito e de qualidade e pesquisas de ponta, é ampliar as frentes de interação entre a universidade e a sociedade* (Hermano Tavares, *Folha de São Paulo*, 7/7/99, p. 3).

O curso para jovens, desenvolvido na UNICAMP pode ser ilustrado com a pertinência da análise de Tarrow. Ele afirma que:

o poder de um movimento tem uma dimensão interna - dado pela capacidade que eles têm de mobilizar pessoas e manter um controle sobre as mesmas, garantindo o grupo de seguidores; e uma dimensão externa porque as mesmas oportunidades políticas que eles criaram, e na qual eles difundem sua influência, também produzem outras oportunidades, complementares ou hostis às suas ações (Tarrow, 1994, p. 24).

No MST, a capacidade interna é dada pela capacidade de mobilizar 1200 jovens, das mais remotas regiões do país, e organizá-los em um local onde todas as suas atividades são planejadas, 24 horas por dia, durante dez dias. Mas o curso ganhou uma repercussão nacional súbita devido à reportagem da Folha, seguida do já citado editorial. A atividade ganhou súbito caráter de evento nacional, assediado pela imprensa sempre ávida em fabricar manchetes. Ou seja, criou-se uma oportunidade política para o movimento. Rapidamente o movimento mobilizou-se, e várias personalidades, até internacionais, foram incluídas como palestrantes, tais como a filha de Che Guevara, o senador Eduardo Suplicy etc. A rede de solidariedade ao